

**Avaliação dos resultados do Orçamento Participativo na melhoria da qualidade de vida da população: um estudo de caso no município de Belo Horizonte**

Aline Kárem Santos Carvalho<sup>1</sup>

Rafaela Butzke Geloch<sup>2</sup>

Tiana de Paula Assis<sup>3</sup>

Breno Augusto Diniz Pereira<sup>4</sup>

## RESUMO

O presente artigo versa sobre a temática do Orçamento Participativo e sua influência sobre a melhoria na qualidade de vida da população de Belo Horizonte. Por meio de metodologia descritiva de dados, o estudo apresenta a evolução temporal do Índice de Qualidade de Vida Urbana do Município de Belo Horizonte (IQVU – BH) entre os anos 2005 e 2016. No âmbito das plenárias do Orçamento Participativo, é analisado o número de empreendimentos relacionados a qualidade das condições de habitação e infraestrutura que são decididos pela população das nove regionais integrantes do município de Belo Horizonte, sendo observado conjuntamente a evolução do IQVU-BH para as variáveis de habitação e infraestrutura urbana destas regionais. Observa-se que algumas regionais apresentam crescimento no número de decisões ao tempo que não é evidenciado a evolução nos IQVU - BH para Habitação e Infraestrutura. Constatou-se ainda que as regionais que apresentam maior evolução no indicador habitação revelam um retrocesso no indicador infraestrutura urbana.

**Palavras-chave:** Orçamento Participativo; Qualidade de Vida; Infraestrutura e Habitação.

## 1 INTRODUÇÃO

A administração pública brasileira nas últimas décadas apresenta um cenário marcado por um processo de modernização, onde novas práticas de gestão são introduzidas. (ANJOS; VIEIRA; ABRANTES, 2017). Dentro dessa premissa, recentes reflexões sobre modelos democráticos de governança surgem pregando a necessidade de incentivar a participação dos

---

<sup>1</sup> Discente do programa de pós-graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: alinekaremsc@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente do programa de pós-graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rafa.geloch@gmail.com

<sup>3</sup> Discente do programa de pós-graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tianaweinmann@gmail.com

<sup>4</sup> Professor titular do programa de pós-graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: brenodpereira@gmail.com

cidadãos nas decisões políticas.

A participação da sociedade nos processos de definição, execução e fiscalização de políticas públicas configuram-se como governança participativa. Uma das práticas que vem crescendo em contexto mundial e brasileiro é o orçamento participativo. Orçamento Participativo OP é um arranjo institucional que amplia as possibilidades de participação política. Nesse modelo é criado um ambiente de participação online ou presencial, onde os cidadãos decidem acerca da aplicação do investimento do orçamento público (ABREU, 2011).

O orçamento participativo em Belo Horizonte surgiu em 1993, acompanhado de um constante processo de revisão, em 2006 foi implementado o Orçamento Participativo Digital (OPD). Com a utilização da internet, ligações telefônicas e posteriormente a concretização de um aplicativo o OPD foi instituído a partir da perspectiva que o emprego de diferentes canais poderia atender a uma demanda crescente por participação da sociedade na decisão de assuntos públicos (CUNHA, COELHO, POZZEBON, 2014; BARROS; SAMPAIO, 2017).

Diante da evolução do Orçamento Participativo, o município de Belo Horizonte desenvolveu um instrumento que possibilita avaliar a distribuição das verbas municipais destinadas ao Orçamento Participativo, de forma que através dele seja possível monitorar e avaliar a qualidade de vida dos munícipes. Assim, o ciclo binário é o resultado do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) é disponibilizado para a população através de relatórios os resultados do IQVU-BH, tornando-se possível observar quais das Unidades de Planejamento estão obtendo maior aplicação dos recursos públicos (PBH, 2018).

Através dessa premissa, a pesquisa propõe-se a responder o seguinte problema: De que forma o Orçamento Participativo produz melhorias na qualidade de vida da população de Belo Horizonte? Diante desta problemática, o objetivo geral da pesquisa é: Analisar a influência do Orçamento Participativo na melhoria da qualidade de vida da população de Belo Horizonte. A pesquisa é relevante pois busca o fortalecimento da participação e debate da sociedade junto ao governo, a busca por recursos junto a administração pública é importante para a comunidade em conjunto se faz a tentativa de conscientização e desenvolvimento sustentável. O OP vem avançando nas políticas públicas, estudos atuais não buscam especificamente este ponto da qualidade de vida sendo este o diferencial da pesquisa.

O estudo apresenta um viés inovador ao abordar a temática considerando a evolução do OP presencial e online nos últimos 27 anos. Com o intuito de preencher uma lacuna não explorada em outras pesquisas encontradas dentro dessa temática (CUNHA, COELHO, POZZEBON, 2014; BARROS; SAMPAIO, 2017; ABREU, 2011; IASULAITIS *et.al*, 2019; ANJOS; VIEIRA e ABRANTES. 2017) o referente estudo promove uma reflexão acerca da relação existente entre os resultados dos Orçamentos Participativos Regional e a sua interferência na qualidade de vida dos belo-horizontinos.

O presente trabalho realiza estudo descritivo da evolução temporal do Índice de Qualidade de Vida Urbana do Município de Belo Horizonte, compreendendo o período entre os anos 2005 e 2016. É analisado o número de empreendimentos escolhidos pela população nas plenárias do orçamento participativo, nas esferas de habitação e infraestrutura urbana, das nove unidades regionais que integram o município de Belo Horizonte, observando a evolução do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) para as variáveis de habitação e infraestrutura urbana destas regionais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Orçamento Participativo**

O surgimento do orçamento público se deu na Inglaterra, oriunda da insatisfação da sociedade pela alta cobrança de impostos, então na década de 1960 foi instituída por lei, tendo como dever a organização dos recursos públicos financeiros de cada região. Os governantes através dos debates sobre as demandas públicas idealizaram um documento, onde mostra os cálculos de receitas e despesas, de modo que após a elaboração, este documento se tornará a base para autorização ou não autorização da solicitação, para receber estes recursos é necessário colocar em aplicação o projeto (DA COSTA, 2017).

A América latina foi a pioneira no modelo orçamentário, promovendo-se ao mundo e levando ampliação mundial da experiência. Os aspectos políticos, ideológicos e técnicos se tornam complicados, pois é difícil dispor de um conceito exato ao que acontece na realidade. Dessa maneira, não existe um significado amplo que seja conhecido acerca do orçamento

participativo, com isso o modelo de democratização da atividade pública é praticado de forma diversificada em cada país, dispondo de particularidades pertinentes (BOGO, 2020).

No Chile, foram analisados dois casos no estudo de Dalamaza e Ochsenius (2010), demonstrando que este método não ajudou em uma governança estratégica, pois a sociedade e as agências subnacionais não possuem autonomia, mesmo o governo influenciando a participação nas decisões. Russo (2014) estuda as consequências do orçamento participativo na Itália, baseado em elementos de governança pública, responsabilidade, participação e inclusão social nas deliberações públicas locais, porém para que seja efetivamente uma ferramenta de melhoria falta por parte do país, ações capazes para prestação de contas aos cidadãos. O orçamento participativo na China é visto por três lógicas: a administrativa, a reforma política e o empoderamento do cidadão, onde a lógica administrativa predomina nas técnicas do orçamento participativo e o governo local controla e limita a capacitação e o empoderamento dos cidadãos (HE, 2011).

Scherer e Wimmer (2012) identificaram na Alemanha, que para o orçamento público não é necessária a participação dos cidadãos, conforme lei do país, portanto o orçamento de alguns governos locais não é definido em detalhes, portanto a implementação do orçamento participativo tem procedimentos diferentes conforme a região. O orçamento participativo na Suécia ajudou no planejamento de um parque local, deixando evidente a boa decisão por parte da sociedade, melhorando a capacidade do governo de identificar as soluções políticas e a absorção de experiência junto aos cidadãos (DEMEDIUK, SOLLI, ADOLFSSON; 2012).

Já os Estados Unidos faz sua primeira experiência de orçamento participativo na cidade de Chicago, ficando evidente que dependendo da localidade da cidade as preferências eram diferentes, alguns exemplos de ações como horta comunitária, parque para cães, bicicletario e ciclovias, sendo estas algumas solicitações das comunidades (MILLER, HILDRETH, WRIGHT-PHILLIPS; 2014).

Dentro da história brasileira tem-se um marco de transformação social, através do orçamento participativo, possibilitando a educação cívica, socializar na comunidade que participa e delegar poder para ponderar sobre o bem coletivo (SILVA et al., 2021). Da Costa (2017) traz que a realização do orçamento participativo foi uma iniciativa do poder executivo ou legislativo e cooperação da população, com a finalidade do governo ser mais transparente e efetuar tarefas

com democracia. Logo Nascimento (2021) expressa que o mesmo concede a sociedade participação no processo, de modo democrático e mais atuante, além do intuito de impulsionar a cooperação social no grupo e exercitar as demandas.

Para que o orçamento participativo aconteça no município é preciso organização para aplicá-lo, da maneira mais apropriada a sua realidade, desde que permita uma experiência incentivadora para os envolvidos e para a cidade como um todo (SOUZA ET AL., 2020). Quando há implementação de um orçamento participativo, os gestores administrativos demonstram preocupação, porque existe a exigência na execução das propostas durante a gestão vigente por parte dos cidadãos (COSTA, 2018).

No Brasil o orçamento participativo foi implementado em 256 municípios, o máximo de criação foi nos anos de 2000 a 2004 e a partir de 2008 houve declínio, a redução ocorreu nas experiências, expectativas dos participantes e dos cidadãos (BEZERRA, 2017; FEDOZZI E MARTINS, 2015). Gonçalves (2014), afirma que se tratando de referência em experiência de orçamento participativo temos a cidade de Porto Alegre – RS, é considerada revolucionária porque não mudou apenas onde o dinheiro público era gasto, mas também no que era gasto. O orçamento participativo de Porto Alegre motivou a participação da sociedade no gerenciamento financeiro da cidade, prevalecendo o sistema de assembleias. Anualmente acontecem assembleias em cada região do município

## **2.2 Orçamento Participativo Em Belo Horizonte**

O caminho percorrido pelo Orçamento Participativo praticado pelo município de Belo Horizonte é marcado por vertiginosas transformações. A prática dessa ação em Belo Horizonte iniciou em meados de 1993 com o OP Regional onde mais de 400 mil moradores decidiram a execução de 1615 obras (OPD, 2011). A ação possuía deliberação em torno de investimentos em obras de infra-estrutura, urbanização, construção e reforma de equipamentos. Além do Orçamento Participativo Regional, a prefeitura de Belo Horizonte conta com outros modelos de orçamentos participativos, sendo eles: O orçamento Participativo de Habitação, que visa beneficiar a população com unidades habitacionais; e o OPCA- Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (OPD, 2018).

Em 2006, acompanhando a evolução das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) a cidade de Belo Horizonte lançou o Orçamento Participativo Digital (OPD) com o objetivo de aproximar os cidadãos que não estavam participando do OP no seu formato presencial. O processo de escolha contou com toda uma estrutura, disponibilizada à população por um período de 40 dias, possibilitando acesso a internet e a computadores em 178 pontos de votação espalhados em diversas regiões das cidades, onde os eleitores registrados no município, independentemente do seu local de residência, poderiam escolher, exclusivamente online, nove obras públicas de 36 disponíveis (CUNHA; COELHO e POZZEBON, 2014).

Dado tamanho sucesso do OPD de 2006, onde cerca de 173 mil cidadãos participaram, a prefeitura optou por manter o OP no formato digital, com realização em período bienal. Assim, a segunda edição ocorreu em 2008 apresentando algumas modificações no formato de votação, restringindo para cinco a quantidade de obras disponibilizadas para escolha, onde apenas uma seria escolhida e executada. Outra mudança nessa edição foi a permissão do voto por meio de um sistema de ligação telefônica gratuita, tentando minimizar o problema da exclusão digital. Ao fim do processo, novamente o OPD alcançou números de eleitores surpreendentes (BARROS e SAMPAIO, 2017).

No ano de 2010 não houve edição, estendendo-se para o ano de 2011. Segundo Barros e Sampaio (2017) e Cunha, Coelho e Pozzebon (2014) o programa voltou para a estrutura de 2006 onde a escolha da obra acontecia por região administrativa da cidade, através da apresentação de 36 empreendimentos pré-escolhidos pela prefeitura, a votação através de ligação foi extinta. Além disso, novas regras foram instauradas como a participação através de aplicativo.. Estudos realizados por Iasulaitis et al. (2019) acerca das plataformas de OPD e os modelos de interatividade utilizados por municípios espalhadas pela América do Sul, América do Norte e Europa, verificou-se que apenas o município de Belo Horizonte considera a utilização de aparelhos celulares nesse processo de votação, através do aplicativo criado pela Prefeitura.

Apesar de todo aperfeiçoamento, a edição OPD em 2011 decresceu para 25 mil, o que correspondeu a um total de quase 100 mil participantes a menos que a edição de 2008. Tal fato surpreendeu por evidenciar um número inferior de participantes na modalidade online em relação ao OP presencial. Neste sentido, em estudos realizados por Cunha, Coelho e Pozzebon (2014)

acerca dos sentimentos e impressões dos participantes online do OPD de 2011, o declínio no número de participantes podem ser justificados pela frustração dos cidadãos, ao considerarem as intervenções propostas pela edição restritas e insuficientes, de forma que não abordaram obras realmente urgentes e necessárias para cada uma das regiões, a falta de responsabilidade da prefeitura também é elencado como um dos fatores.

Evidenciando a crise enfrentada, os resultados de votação da edição do OPD de 2013 expressam que apenas um total de 8900 cidadãos participaram da eleição, total este que representa 34,91% da quantidade de eleitores que votaram na edição anterior de 2011. A edição do OP 2015 introduziu a modalidade Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente (OPCA), desenvolvida pelas secretarias municipais de Educação e adjunta de Gestão Compartilhada, em parceria com as secretarias regionais, através projeto, os estudantes decidem, coletivamente, as ações prioritárias a serem realizadas nas unidades de ensino. Outra novidade da edição foi a divisão da cidade em nove regiões administrativas, 80 unidades de planejamento e 40 territórios de gestão compartilhada (PMBH, 2021).

Já em 2017 foi enviado para tramitação o projeto de inclusão do Orçamento Participativo na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (PELO). (PMBH, 2021). O PELO foi aprovado em primeiro turno no ano de 2020, a aprovação representa uma conquista para a população belo-horizontina. Confirmada a aprovação em segundo turno, o OP terá força de lei, o que ocasionará em execução obrigatória das obras eleitas nas votações, além da alocação de recursos orçamentários devidamente destinados à execução das obras.

Embora haja descompassos no caminho traçado pelo Orçamento Participativo de Belo Horizonte vale ressaltar que as experiências ao longo das mais de duas décadas de práticas, configuram em ações que permitem uma maior interferência e participação dos cidadãos nas decisões governamentais. (ANJOS; VIEIRA e ABRANTES, 2017). Além de caracterizar como um modelo de governança democrática.

### **3 MÉTODO DO TRABALHO**

O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) é composto pelo conjunto de variáveis que busca quantificar a disponibilidade de bens e serviços públicos e

privados na cidade: abastecimento, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura urbana, meio ambiente, saúde, serviços urbanos e segurança urbana. Calculado para as 80 Unidades de Planejamento (UPs) existentes em Belo Horizonte, o IQVU-BH permite a delimitação de áreas prioritárias para os investimentos públicos e a melhor compreensão da distribuição dos bens e serviços públicos e privados entre as regiões da cidade.

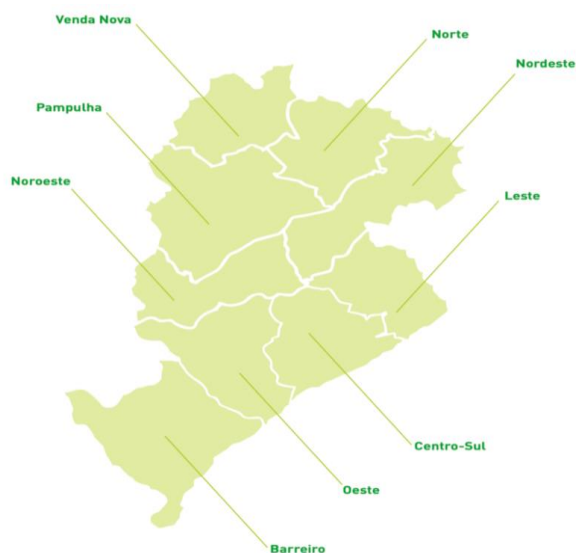
O instrumento foi construído a partir de 1994, através de parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a PUC Minas, em 2006, o índice sofreu modificações na composição de sua temática, passando a ser composta por dez variáveis e 36 indicadores. Ao se analisar o valor final do índice, de forma global ou na forma de suas variáveis, que varia entre 0 e 1, sua interpretação se dá através de uma lógica positiva, sendo valores próximos a 1 mais ideais, isto é, de maior acesso aos bens e serviços públicos e privados no município.

Além de dados do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte, o presente estudo faz uso das temáticas dos empreendimentos decididos nos ciclos do Orçamento Participativo das nove regionais do Município de Belo Horizonte, ambos disponibilizados pela prefeitura do município. Apesar de haver o registro das decisões de empreendimentos do Orçamento Participativo desde seu início, 1994, neste estudo foram dados apenas a partir do ciclo 2005/2006 para permitir a comparação dos dados ao longo do tempo, uma vez que a nova metodologia é adotada para análise do IQVU-BH a partir de 2006. Desta forma, com a metodologia empregada na nova série do IQVU-BH, torna-se possível realizar a análise do desempenho do índice de forma comparativa no que concerne aos empreendimentos que deveriam influenciar de forma direta as variáveis identificáveis (e.g. habitação e infraestrutura) que compõem o índice.

É realizado estudo descritivo de evolução temporal do Índice de Qualidade de Vida Urbana do Município de Belo Horizonte, compreendendo o período entre os anos 2005 e 2016. Ao analisar o número de empreendimentos escolhidos pela população nas plenárias do orçamento participativo, nas esferas de habitação e infraestrutura urbana, das nove unidades regionais que integram o município de Belo Horizonte (figura 01), objetiva-se então observar a evolução do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) para as variáveis de habitação e infraestrutura urbana destas regionais.



**Figura 01:** Mapa unidades regionais do município de Belo Horizonte



Fonte: PBH (2018)

A seguir são apresentados os escopos dos empreendimentos no âmbito do Orçamento Participativo e que são analisados no presente estudo (Tabela 01). Os empreendimentos de habitação e infraestrutura urbana são categorizados em um grande grupo denominado habitação/infraestrutura, de acordo com a sua temática. Opta-se pela unificação das duas temáticas de empreendimentos, dado que é observado que estes são comumente votados de forma conjunta. Ou seja, as regionais decidem pela execução de empreendimentos que impactam, simultaneamente, variáveis de Habitação e Infraestrutura Urbana do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte.

**Tabela 01:** Escopo dos empreendimentos no Orçamento Participativo de BH.

Área	Temática	Escopo do Empreendimento
Infraestrutura/ Habitação	Infraestrutura e Urbanização de vila	Pavimentação, Drenagem, Contenção, Rede de esgoto, Ampliação, Canalização, Alargamento, Abertura de via, Infraestrutura, Tratamento de encosta, Asfaltamento, Urbanização, Escadaria, Recomposição de asfalto, Tratamento de fundo de vale, Construção de descida d'água, Melhorias físicas.

Nota: São analisados somente empreendimentos em estado concluído. Infraestrutura e Habitação foram analisadas em conjunto uma vez que os empreendimentos realizados geralmente compreendem melhorias que atingem simultaneamente as duas temáticas, especialmente quando são analisados os índices de Salubridade Ambiental (indicador da variável de Infraestrutura) e de Risco Geológico (indicador da variável de Habitação).

Fonte: Autores (2021).

A seguir são apresentados os componentes e indicadores que compõem as variáveis de Habitação e Infraestrutura Urbana do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte:

**Figura 02:** Componentes das variáveis Habitação e Infraestrutura Urbana

<b>5 - HABITAÇÃO</b>	5.1 - Qualidade da Habitação	5.1.1 - Área residencial adequada por habitante (m <sup>2</sup> de área residencial construída sujeita a IPTU/habitante)	<b>IPTU/SMFA</b>
		5.1.2 - Padrão de Acabamento (Nota do padrão médio de acabamento das moradias em relação à classificação do IPTU)	<b>IPTU/SMFA</b>
	5.2 - Segurança Habitacional	5.2.1 - Índice do Risco Geológico do Terreno (indicador fornecido já calculado)	<b>SMAPU</b>
<b>6 - INFRAESTRUTURA URBANA</b>	6.1 - Salubridade Ambiental	6.1.1 - Índice de Salubridade Ambiental (indicador fornecido já calculado)	<b>SUDECAP</b>
	6.2 - Energia Elétrica	6.2.1 - Fornecimento de energia elétrica [(número de economias residenciais com energia elétrica/número de domicílios) x 100]	<b>CEMIG</b>
		6.4.1 - Possibilidade de acesso [(extensão das vias pavimentadas / extensão de todas as vias) x 100]	<b>PRODABEL</b>
	6.5 - Transporte Coletivo	6.5.1 - Número de veículos por 1000 habitantes [(número de veículos/população) x 1000]	<b>BHTRANS</b>
		6.5.3 - Frequência das linhas por UP (maior valor - valor da UP)	<b>BHTRANS</b>

Fonte: PBH(2018).

São identificados e selecionados empreendimentos do Orçamento Participativo pelos quais a população das nove regionais do município decidiu ao longo dos ciclos 2005/2006 a 2015/2016 e que impactam diretamente as variáveis de Habitação e Infraestrutura Urbana através dos componentes de Segurança Habitacional (indicador Índice do Risco Geológico do Terreno),

Salubridade Ambiental (indicador Índice de Salubridade Ambiental) e Pavimentação (indicador Possibilidade de acesso).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em busca de identificar a influência do Orçamento Participativo na melhoria da qualidade de vida da população de Belo Horizonte utilizou-se como técnica a análise descritiva. Em relação aos resultados obtidos, através da análise de conteúdo do Relatório Geral sobre o Cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte para 2016 e dos dados disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte referente ao OP praticado. A fim de melhor entender a aplicação do Orçamento Participativo nos empreendimentos de Infraestrutura/Habitação elaborou-se a Tabela 02.

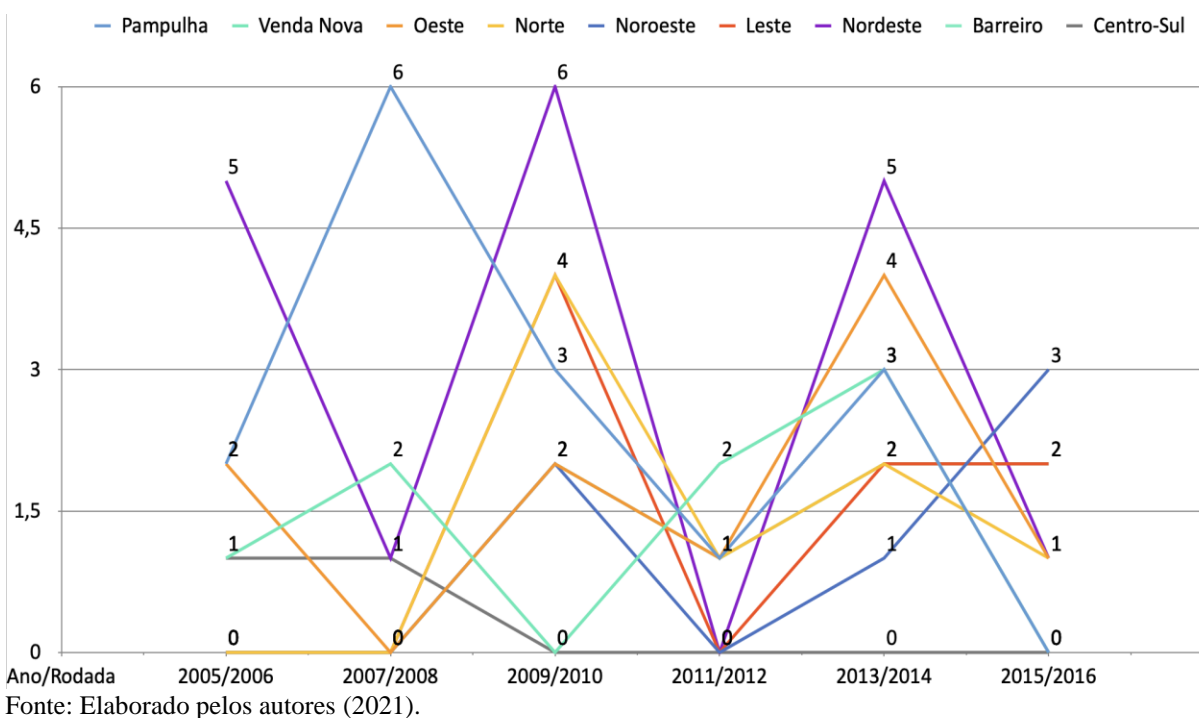
**Tabela 02** - Número de decisões em empreendimentos de Infraestrutura/Habitação do Orçamento Participativo no período 2005 – 2016

Ano/Rodada	Pampulha	Venda Nova	Oeste	Norte	Noroeste	Leste	Nordeste	Barreiro	Centro-Sul
2005/2006	2	1	2	0	0	0	5	0	1
2007/2008	6	2	0	0	0	0	1	0	1
2009/2010	3	0	2	4	2	4	6	2	0
2011/2012	1	2	1	1	0	0	0	1	0
2013/2014	3	3	4	2	1	2	5	2	0
2015/2016	0	0	1	1	3	2	1	2	0
Total	15	8	10	8	6	8	18	7	2

Fonte: Adaptado de PBH (2021).

A tabela evidencia a evolução do quantitativo dos projetos de Infraestrutura/Habitação do Orçamento Participativo dentro do recorde temporal de 2005 a 2016. Observa-se em destaque os ciclos 2005/2006 2011/2012 e 2015/2016 que serviram como parâmetros ao estabelecer a relação comparativa com os gráficos 02 de Índice de Qualidade de Vida Urbana de Infraestrutura Urbana (IQVU-IU) e no gráfico 03 do Índice de Qualidade de Vida Urbana Habitacional (IQVU-HAB).

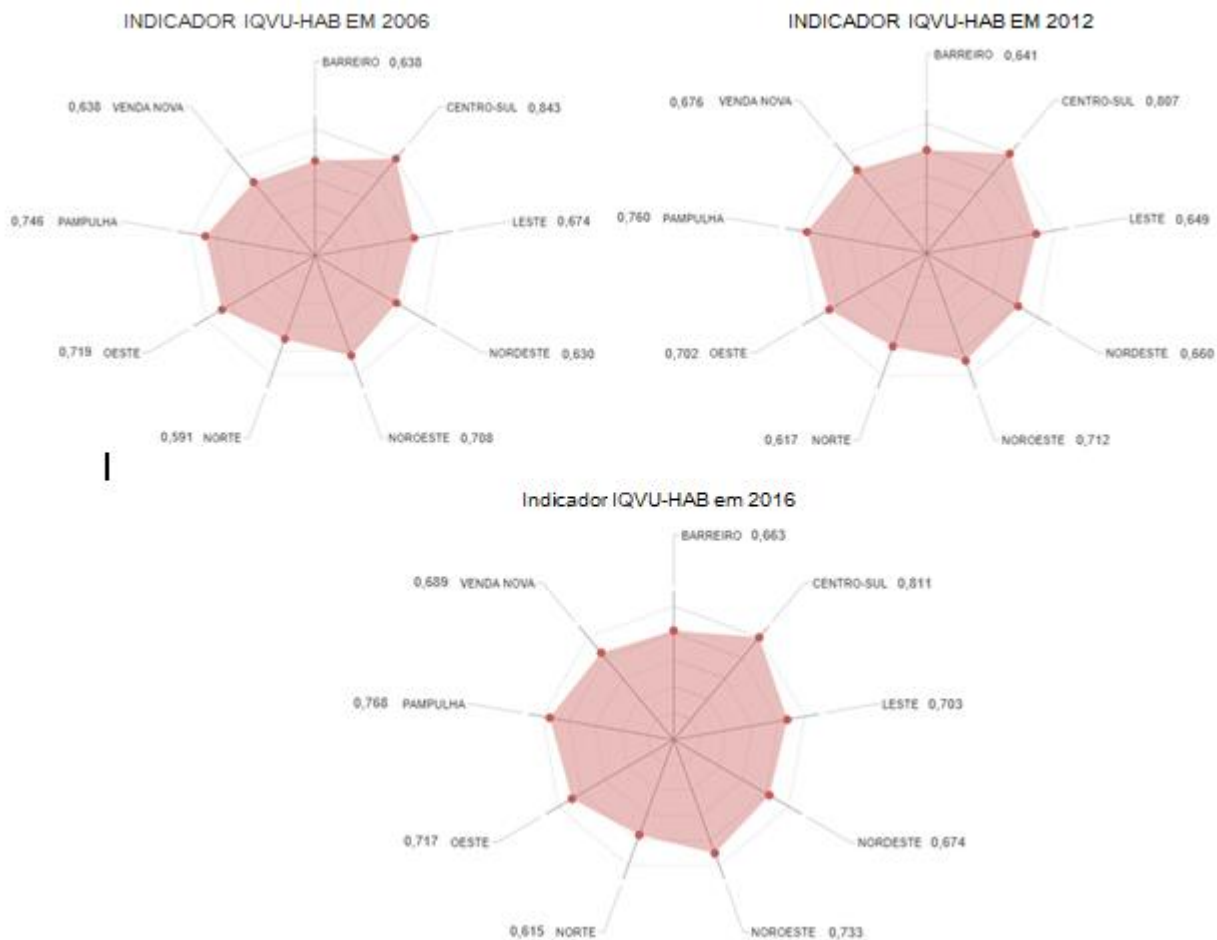
**Gráfico 01** - Número de decisões em empreendimentos de Infraestrutura/Habitação do Orçamento Participativo no período 2005 - 2016



Na tabela e gráfico 01 é apresentada a evolução do número de empreendimentos de infraestrutura e habitação, decididos no âmbito do orçamento participativo nas nove regionais do município de Belo Horizonte. É observado que o crescimento do número de empreendimentos desse tipo não é constante ao longo das rodadas, com períodos de estagnação ou mesmo queda de decisões por ações, sendo capazes de gerar melhorias nas condições de habitação e infraestrutura no território das regionais.

As regionais Nordeste (18) e Pampulha (15) expressam o maior número de empreendimentos aprovados no período observado, enquanto a Centro-Sul possui o menor valor para o período. Acerca da evolução dos empreendimentos a Pampulha, Venda Nova, Oeste e Nordeste não apresentam estagnação nas decisões pelas ações, sendo verificado ciclos de queda nas decisões seguidos de aumento (e vice versa). Por sua vez, as regiões Norte, Noroeste, Leste, Barreiro e Centro-Sul, apresentam no mínimo, um ciclo de estagnação nos empreendimentos, sendo a regional Centro-Sul aquela que apresenta o maior número de ciclos sem que qualquer decisão por empreendimentos de habitação e infraestrutura fosse registrada.

**Gráfico 02** - Resultado médio para indicador de habitação do índice de qualidade de vida urbana por regional – corte nos anos de 2006, 2012 e 2016.



Fonte: PBH (2018).

O gráfico 02 apresentado expõe a variável de habitação. O gráfico está distribuído por região, conforme divisão feita pela cidade de Belo Horizonte, e os resultados por ciclos nos anos de 2006, 2012 e 2016. O índice de qualidade de vida conforme o indicador habitação apresenta uma evolução temporal na região de Barreiro, Nordeste, Noroeste, Pampulha e Venda Nova, o que demonstra uma variação positiva para o índice ao longo do tempo.

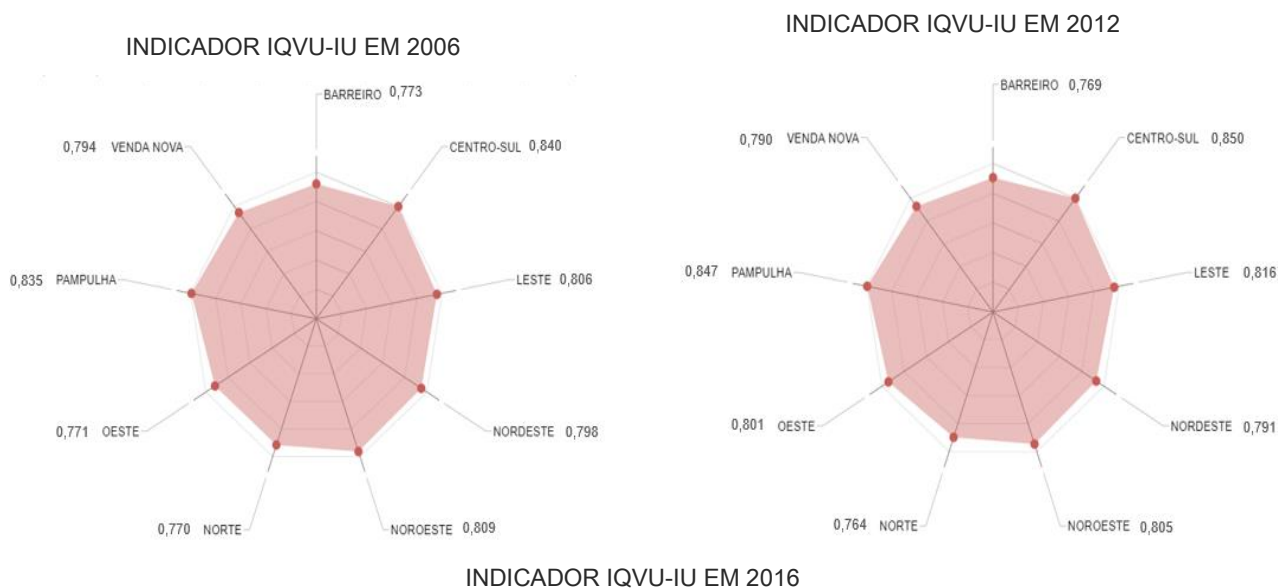
Ao verificar a região Leste, observa-se que no passar dos anos houve uma leve queda e em seguida uma variação positiva, diferentemente da região Norte, que apresentou um aumento, seguido de uma leve queda no índice. Já as regiões Centro Sul e Oeste se comportaram de forma distinta, pois no primeiro ano de 2006 compreendia um valor elevado, já no ano de 2012 houve

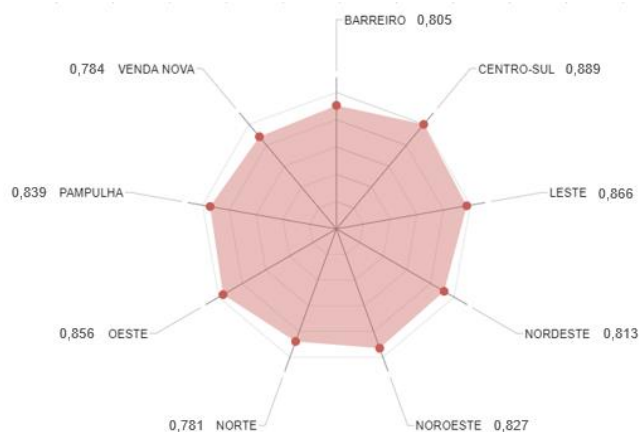
queda no índice e em 2016, trouxe um leve progresso, mas não tão significativo como os valores iniciais.

Ao realizar um comparativo entre os empreendimentos do orçamento participativo (Tabela 01) e o indicadores de Habitação expressos no IQVU-HAB (gráfico 02), verifica-se que na regional Norte há uma baixa no valor do índice IQVU – HAB entre o período 2012 e 2016, sendo também observado queda no número de empreendimentos que beneficiam a qualidade habitacional desta região. Também é observado que na regional Leste, entre o período 2006 a 2012, a queda no índice IQVU-HAB é acompanhada pela declínio no número de empreendimentos, e a elevação do índice IQVU-HAB, entre o período 2012 e 2016, ocorre com o aumento dos empreendimentos em habitação / infraestrutura.

O regional Noroeste demonstra uma variação positiva constante do índice para o período analisado, sendo também identificado baixa queda no número de empreendimentos de habitação/infraestrutura. As demais regionais, Pampulha, Venda Nova, Oeste, Nordeste, Barreiro e Centro Sul, demonstram pouca relação entre o número de empreendimento e o índice IQVU-HAB.

**Gráfico 03:** Resultado médio para indicador de infraestrutura urbana do índice de qualidade de vida urbana por regional – corte nos anos de 2006 2012 e 2016





Fonte: PBH (2018).

O gráfico 03 aborda a infraestrutura urbana da cidade de Belo Horizonte e a evolução deste indicador com o passar dos anos. Observa-se que nas regiões Noroeste, Norte e Nordeste o valor do ano de 2012 apresentou uma diminuição, em número, comparado ao ciclo de 2006. Já em 2016 mostrou crescimento ascendente no gráfico. A região de Venda Nova foi à única que demonstra uma constante queda com a evolução dos anos. A maioria das regiões da cidade de Belo Horizonte demonstra crescimento contínuo na evolução temporal, desta forma a região da Pampulha teve alta no ano de 2012, porém em 2016 houve uma queda menos marcante que o declive do ano inicial do comparativo.

Através do comparativo entre os empreendimentos do orçamento participativo (Tabela 02) e o gráfico 03 que traz os índices de Qualidade de Vida da Infraestrutura Urbana (IQVU – IU), verifica-se que a região Leste apresenta baixa queda no número de empreendimento de Infraestrutura e Habitação, o que pode estar relacionado com a variação positiva constante que se observa no IQVU-IU. Por sua vez, a regional Centro Sul, que também apresenta crescimento positivo no período, demonstra um número baixo de empreendimento em anos de estagnação dos mesmos. É possível que o resultado para a regional Centro Sul, seja justificado pelo auto valor do índice de infraestrutura deste o período de 2006 (regional que apresenta maior valor para o índice dentre as nove analisadas), sendo as decisões do orçamento participativo focadas em outras áreas, vistas com maior prioridade pela comunidade da região.

Mediante essa reflexão pode-se afirmar que as decisões do orçamento participativo focadas em outras áreas são vistas com maior prioridade pela comunidade da região. Outras regionais, como Noroeste e Nordeste apresentam diminuição no IQVU-IU entre o período 2006 e 2012, está queda é observada no número de empreendimento de infraestrutura/habitação nestas localizações. Já as regionais Barreiro e Venda Nova apresentaram uma baixa constante no IQVU-IU nos três períodos, sendo observada estagnação e declínio, respectivamente para o número de empreendimentos de infraestrutura/habitação aprovados por essas unidades. As demais regionais Pampulha, Oeste, Norte demonstram pouca relação entre o número de empreendimento e o índice IQVU – IU.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Orçamento Participativo de Belo Horizonte representa um modelo democrático de governança que prega a necessidade de incentivar a participação dos cidadãos nas decisões políticas. Logo, averiguar de que forma essas decisões e empreendimentos do OP Regional influenciam na melhoria da qualidade de vida da população torna-se fundamental para verificar o alcance dessa prática de governança.

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência do Orçamento Participativo na melhoria da qualidade de vida da população de Belo Horizonte. Os resultados da pesquisa evidenciaram uma melhoria no IQVU – HAB e IQVU – IU, ao longo dos anos na maioria das regiões de BH, mas que as decisões do OP não são apresentada de maneira clara o impacto delas sobre a evolução do índice. É esperado que o empreendimentos decididos no OP eles contribuam para o índice de Habitação e Infraestrutura Urbana das regionais, porém não é possível inferir que estas decisões conseguem influenciar de forma significativa.

Observa-se que algumas regionais apresentam crescimento no número de decisões ao tempo que não é evidenciado a evolução nos Índices De Qualidade De Vida Urbana para Habitação e Infraestrutura. Constatou-se ainda que as regionais que demonstram crescimento continuo no índice de habitação (IQVU-HAB) diferem-se dos atingidos no índice de infraestrutura urbana (IQVU-IU), ou seja, as regionais que apresentam maior evolução no indicador habitação revelam um retrocesso no indicador infraestrutura urbana.



A pesquisa traz como contribuição um panorama do OPBH ainda não explorado em outros estudos (CUNHA, COELHO, POZZEBON, 2014; BARROS; SAMPAIO, 2017; ABREU, 2011; IASULAITIS *et.al*, 2019; ANJOS; VIEIRA e ABRANTES. 2017), ao cruzar os índices dos empreendimentos por regionais do OPBH e os indicadores habitação e infraestrutura urbana do IQVU pôde-se estabelecer a colaboração que o OPBH exerce sobre a melhoria da qualidade de vida dos belo-horizontinos. Tais resultados podem ser úteis para os órgãos de planejamento do OPBH, assim como para o aperfeiçoamento do referido município como de outras cidades que adotam esse modelo democrático de governança.

Quantos as limitações da pesquisa, pode-se citar a escassez de trabalhos com o escopo adotado neste referido estudo. Por fim, a presente pesquisa não esgota todas as possibilidades de questionamentos, para o referido tema, novas discussões e perspectivas podem e devem surgir para o seu aprofundamento e aperfeiçoamento. Sugere-se que trabalhos futuros adotem uma análise estatística mais aprofundado, para identificar a relação precisa entre as decisões do OP e o crescimento dos Índices de Habitação e Infraestrutura.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Julio Cesar A. Do Analógico ao Digital: Democracia, Internet e Orçamento Participativo in: **Anais** do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Administração – ANPAD, Rio de Janeiro, 2011.
- ANJOS, Daniela Araújo dos; VIEIRA, Michelle Aparecida; ABRANTES, Luiz Antônio. Participação social na elaboração do Orçamento Público Municipal: Uma Análise do Orçamento Participativo de Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). **Revista Gestão & Conexões Management and Connections Journal**, v. 6, n. 2, p. 134-153, 2017.
- BARROS, Samuel Anderson Rocha; SAMPAIO, Rafael Cardoso. A confiança para a manutenção de uma inovação democrática: o caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 72, p. 151-172. 2017.
- BEZERRA, C. de P. Por que o Orçamento Participativo entrou em declínio no Brasil? Mudanças na legislação fiscal e seu impacto sobre a estratégia partidária. **Anais do 7o Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, 2017.
- BOGO, Rodrigo Sartori. **A evolução e distribuição territorial do Orçamento Participativo em Portugal**. Orientador: Elson Manoel Pereira. 2020. 340f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- CUNHA, M. A.; COELHO, T. R.; POZZEBON, M. Internet e participação: O caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 54(3), 296-308. 2014. doi:10.1590/S0034-759020140305 de <http://opdigital2011.pbh.gov.br/>

- DA COSTA, Wallerson Pereira. Orçamento público: a importância do orçamento participativo na gestão pública. **Revista Controle-Doutrina e Artigos**, v. 15, n. 2, p. 210-234, 2017.
- DELAMAZA, Gonzalo; OCHSENIUS, Carlos. Redes de participación institucional y gobernanza democrática local. El caso de los Presupuestos Participativos en Chile. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 46, p. 213-246, 2010.
- DEMEDIUK, Peter; SOLLI, Rolf; ADOLFSSON, Petra. People Plan their Park: Voice and Choice through Participatory Budgeting. **International Journal of Interdisciplinary Social Sciences**, v. 6, n. 5, 2011.
- FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luis Borges. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 181-224, 2015.
- GONÇALVES, Sônia. The effects of participatory budgeting on municipal expenditures and infant mortality in Brazil. **World development**, v. 53, p. 94-110, 2014
- HE, Baogang. Civic engagement through participatory budgeting in China: Three different logics at work. **Public administration and development**, v. 31, n. 2, p. 122-133, 2011.
- IASULAITIS, Sylvia; et. al. Interatividade e ciclo de políticas públicas no Orçamento Participativo Digital: uma análise internacional. **Rev. Adm. Pública**, v. 53, n. 6 p. 1091-1115, 2019.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- OPD. Site do Orçamento Participativo Digital. 2011. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/orcamento-participativo/empreendimentos>>. Acesso em 17. Ago. 2021. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Recuperado
- PBH - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Orçamento Participativo. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/orcamento-participativo>> Acesso em: 23 Ago. 2021.
- RUSSO, Salvatore et al. Governance, accountability and participatory budget between myth and reality. The Italian case. In: **7th Annual Conference of the EuroMed Academy of Business**. 2014.
- SCHERER, Sabrina; WIMMER, Maria A. Reference process model for participatory budgeting in Germany. In: **International Conference on Electronic Participation**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2012. p. 97-111.
- SILVA, Rosilene de Lima Machado; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva; ABREU, Júlio Cesar Andrade de. Democracia local e orçamento participativo: análise da experiência de Cambuí (Brasil). **Revista iberoamericana de estudios municipales**, n. 23, p. 81-104, 2021.